

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários e a relação campo/cidade no Brasil em 2020: luta pela Reforma Agrária Popular



Leonardo Lencioni Mattos Santos

Universidade Federal de Alfenas. Minas Gerais, Brasil.
ORCID: 0000-0001-8597-0847

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Universidade Federal de Alfenas. Minas Gerais, Brasil.
ORCID: 0000-0001-9424-9699

Rangel Nascimento

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Minas Gerais, Brasil.
ORCID: 0009-0000-2235-8052

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Minas Gerais, Brasil.
ORCID: 0000-0002-8763-4465

João Paulo de Almeida Lopes

Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Minas Gerais, Brasil.
ORCID: 0000-0002-6511-4063

Oscar Hernan Rodriguez Triviño

Universidade Estadual Paulista. São Paulo, Brasil.

Recibido: 22 de abril de 2024. Aceptado: 16 de diciembre de 2024.

Resumo

Neste artigo buscamos discutir as ações coletivas realizadas por movimentos socioterritoriais agrários no Brasil em 2020. Isso ocorre a partir da sistematização e análise da base de dados produzida pela Rede Dataluta. Tendo por referência as literaturas sobre os Critical Agrarian Studies (Estudos Agrários Críticos) e a diversidade espacial na Geografia, demonstraremos como as ações dos movimentos socioterritoriais agrários nas cidades expressam que, na questão agrária atual, o rural e o urbano são partes de uma totalidade dialética, indo além das explicações dicotômicas que camuflam as conflitualidades entre as classes sociais. Essas ações se dão com base na reforma agrária popular, demanda que une os espaços agrários e urbanos, como a alimentação saudável, a soberania alimentar, a agroecologia, a sustentabilidade ambiental e a dignidade do trabalho, o que reforça o fato de que a superação dos limites estruturais do capitalismo passa pela ressignificação da

PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS. AÇÕES COLETIVAS. CAMPO. CIDADE. REFORMA AGRÁRIA POPULAR.

The collective actions of agrarian socio-territorial movements and the relationship between the countryside and the cities in Brazil in 2020: the struggle for Popular Agrarian Reform

Abstract

This paper discusses the socioterritorial movements' collective action in Brazil, during the year 2020. For this, we organize and analyze the dataluta network database. In dialogue with the literature on critical agrarian studies and the spatial diversity in geographic studies, we demonstrate how the actions implemented by agrarian socio-territorial movements in cities express the current agrarian question. Urban and rural are part of a dialectical reality, and to understand them it is necessary to go beyond polarized explanations that hide the conflicts between social classes. Those actions are the result of demands that articulate urban and rural spaces such as healthy food, environmental sustainability, and labor dignity. This fact reinforces the understanding that considering these new rural and urban meanings is paramount to suppressing capitalism's structural limits.

KEYWORDS: SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS. COLLECTIVE ACTIONS. RURAL. URBAN. POPULAR AGRARIAN REFORM.

Las acciones colectivas de los movimientos socioterritoriales agrarios y la relación campo/ciudad en Brasil en 2020: lucha por la Reforma Agraria Popular

Resumen

Frente a la agresiva expansión de proyectos de explotación capitalista sobre territorios en América Latina, los movimientos organizados del campo resisten a través de diversas prácticas vinculadas a la soberanía territorial y alimentaria. En muchos casos, estas resistencias son protagonizadas por mujeres, lesbianas, travestis, trans y no binarios. Con centro en la lucha por la tierra y el reconocimiento efectivo de los derechos sobre esta, se oponen a la profundización de las desigualdades provocadas por el extractivismo que, tal como denuncian, se sustenta en la violencia clasista, étnico-racial y patriarcal. Organizadas, reivindican la defensa de la vida ejerciendo prácticas diversas asociadas a la producción de alimentos, la transformación de las relaciones socio ecológicas y campo-ciudad. En este marco, nos proponemos comprender la producción de territorio(s), a través del mapeo y análisis de acciones de protestas y movilizaciones, protagonizadas por las mujeres y/o que involucran la cuestión de género del campo en Argentina y Brasil. Con base en los datos registrados para el año 2021, disponibles en Banco de Datos de las Luchas por Espacios y Territorios (DATALUTA) y del grupo de investigación Ruralidades y Territorios (INDES-FHCSYS/UNSE-CONICET) de Argentina, construidas en el marco del proyecto de cooperación internacional "Movimientos Socioterritoriales en perspectiva Comparada.

PALABRAS CLAVE: MUJERES. TERRITORIOS. LATINOAMÉRICA. ARGENTINA. BRASIL.

Introdução

As ações construídas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil são resultado dos limites estruturais que caracterizam o modo de produção capitalista. Elas representam alternativas para problemáticas socioeconômicas e ambientais, como o esgotamento das condições de vida, a precarização das relações de trabalho e a preocupação com o modelo de crescimento econômico e seus respectivos impactos na natureza. Conhecer como e onde têm se dado essas ações é fundamental para entender como o capitalismo se reproduz de modo contraditório e desigual.

No presente trabalho, trazemos uma análise sobre as ações que movimentos socioterritoriais do campo realizaram nas cidades brasileiras no ano de 2020, momento ápice da pandemia de COVID-19. Baseados na literatura sobre os *Critical Agrarian Studies* (Estudos Agrários Críticos) (Akram-Iodhi *et al.*, 2021; Edelman & Wolford, 2017; Gerber, 2020) e sobre a diversidade espacial na Geografia (Ash *et al.*, 2018; Gillen *et al.* 2022; Gururani, 2020; Harvey, 2005), debatemos os sentidos do campo e da cidade na luta por justiça social e ambiental, com foco na Reforma Agrária Popular.

Em especial, as ações de solidariedade em relação às famílias das periferias das cidades, que já eram uma prática dos movimentos socioterritoriais, tornaram-se uma característica de atuação na pandemia de COVID-19, mantendo-se articuladas ao projeto de Reforma Agrária Popular no Brasil dirigida ao campo e à cidade. Reconhecem-se as ações de solidariedade como uma expressão da luta pela Reforma Agrária Popular, intensificada no ano de 2020.

Nos baseamos em dados coletados e sistematizados pela Rede Dataluta para compreender como as ações desempenhadas por movimentos socioterritoriais agrários nas cidades brasileiras manifestam a complexidade da questão agrária contemporânea. A principal contribuição do texto é demonstrar que campo e cidade são espaços que se relacionam de modo dialético e as lutas pela superação do capitalismo não podem deixar de considerar essa realidade.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em três eixos centrais. No primeiro, trazemos uma discussão sobre o campo e a cidade com base nos Estudos Agrários Críticos, especialmente no que se refere ao debate paradigmático. Seguindo, apresentamos a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa. Por fim, trazemos dados e análises sobre as ações de movimentos socioterritoriais agrários nas cidades brasileiras em 2020. O recorte temporal justifica-se pela sistematização e consolidação dos dados DATALUTA no referido ano, além de configurar-se como o auge da pandemia de COVID-19 no país. Portanto, ainda que o presente texto se limite a apresentar o panorama de 2020, são apontamentos necessários que iniciam um debate, de forma embrionária, de como os movimentos socioterritoriais manifestaram suas estratégias de luta que articulam campo e cidade.

Cidade e campo nos estudos agrários críticos e o debate paradigmático para a compreensão das ações de resistência, enfrentamento e luta dos movimentos socioterritoriais na pandemia

É inegável que o crescimento da população urbana tem sido uma constante desde a I Revolução Industrial, em meados do século XIX, e mais especificamente nas últimas décadas. Em escala mundial, conforme a UN - Habitat (2022), a população urbana, que já compunha 56% do total em 2021, pode chegar a 60% em 2050. Isso indica um acréscimo de 2,2 bilhões de pessoas à população global, fato que será mais significativo na Ásia (vide os casos da Índia e da China, que concentram a primeira e a segunda maiores populações do globo, respectivamente) e na África. No Brasil, o Censo de 2010, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), revela que a população urbana representa uma porcentagem ainda maior do que a do globo, compondo 84% do total de habitantes.

Em contrapartida, mais de 60% dos municípios brasileiros são predominantemente rurais (IBGE, 2017). Na verdade, assim como em outros países da América Latina, no Brasil há um efervescente debate em torno de como esses dados são coletados. A discussão travada entre José Eli da Veiga e Ana Fani Carlos expressa notadamente essa polêmica, os quais dialogam sobre os problemas, de ordem política e científica, que tentam definir, no Brasil, áreas urbanas e rurais (Favareto, 2005). Assim, ainda que possamos fazer tais inferências sobre o avanço da população residente nas cidades, apontando essa dinâmica como tendência, o processo de urbanização é demasiadamente complexo, e não se limita a indicadores e taxas anuais de crescimento da população urbana, devendo superar a mera leitura dos dados estatísticos-matemáticos.

Estudos clássicos, como aqueles que foram desenvolvidos pela Escola de Chicago (vide o trabalho Sorokin *et al.*, 1930), enfatizaram que o campo e a cidade tinham diferentes funcionalidades, sendo o primeiro responsável, especialmente, pela produção de alimentos e outros bens primários, ao passo que o segundo concentrava o trabalho especializado e de maior complexidade. Na atualidade, partindo da contribuição de Lefebvre (2003), autores como Brenner (2018), com o conceito de “urbanização planetária”, ou Gosh & Meer (2021), que trabalham com a ideia de uma “urbanização estendida”, emergem à compreensão de que o campo continua sendo tratado como um espaço secundário, que tende a ser suplantado em importância pela expansão do tecido urbano.

Dialogando com os Estudos Agrários Críticos (Akram-Lodhi *et al.*, 2021; Edelman & Wolford, 2017; Gerber, 2020; Li, 2021), entendemos que, por mais que a população urbana tenha crescido de modo tangencial nos últimos tempos, o rural ainda é uma categoria de grande importância na abordagem sobre os processos políticos. Explicam a importância do rural fatores como a recampesinização que acontece por fatores como a reforma agrária ou até mesmo o esgotamento de indivíduos com o modo de vida urbano (Jansen *et al.*, 2022; Van der Ploeg, 2012), as alianças entre movimentos urbanos e agrários na busca por mudanças estruturais (Borras Jr., 2023), a compreensão de que o campo tem se tornado cada vez mais complexo, assim como ocorre com as cidades (Akram-Lodhi & Kay, 2010; Razavi, 2003; Vergara-Camus & Jansen, 2022;

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

Vergés, 2011), e como território multidimensional e multiescalar de reprodução social do campesinato (Fernandes, 2008), cuja cultura e relação com a natureza são características que compõem uma outra racionalidade que se contrapõe à lógica do capitalismo. São baseadas em práticas contra-hegemônicas que buscam retomar o equilíbrio na relação natureza/sociedade, num mundo marcado por intensas mudanças climáticas que colocam a sociobiodiversidade do planeta em risco. Assim, a agricultura camponesa apresenta-se como outro modelo de desenvolvimento territorial para o campo e para as cidades, capazes não só de proteger e conservar o meio ambiente, mas de produzir alimentos saudáveis para as cidades.

No Brasil, Alentejano (2003) procurou romper com a tradicional classificação simplista e dicotômica sobre a questão rural e urbana. O novo rural e o novo urbano surgem do confronto entre ambos, são indissociáveis e integram uma processualidade dialética dotada de complexidade. Por isso, o autor propõe a ideia da intensidade da territorialidade. Se há uma forte ligação com a terra, a intensidade da territorialidade é mais rural, mas, se as atividades econômicas, espaciais e sociais pouco dependem da terra, a intensidade da territorialidade é mais urbana. Ou seja, cada espaço geográfico é único e singular, e merece ser analisado a partir das suas próprias dinâmicas, que ora podem se inclinar para o urbano ou para o rural.

Com base nos Estudos Agrários Críticos, trabalhamos com as ações dos movimentos socioterritoriais agrários em espaços rurais e citadinos como parte da realidade multidimensional que caracteriza as lutas contra a agricultura capitalista (latifúndio e agro-negócio). Buscamos desenvolver uma análise que vá além da perspectiva dicotômica, considerando as tensões e complementaridades entre os espaços urbano e rural, tendo a abordagem paradigmática como escopo de análise.

Retomamos e corroboramos os estudos de Vinha *et al.* (2021) e Jorge *et al.* (2022), que consideraram que as ações realizadas pelos movimentos socioterritoriais no período pandêmico não são pontuais, isoladas ou desconexas de um projeto político e visão de mundo, mas são engendradas por sujeitos coletivos que defendem um projeto contra-hegemônico para o campo e para a cidade, calcado na Reforma Agrária Popular. Buscam superar os problemas estruturantes do capital e propor mudanças socioterritoriais para um novo modelo de sociedade, pautado na justiça social e no direito de acesso à terra. Assim, neste trabalho, as ações apresentadas são interpretadas diante do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

O PQA compartilha de uma visão de mundo que destaca a luta de classes, em especial, a (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato (Campos, 2012), aproximando-se de questões que tentam superar o modelo excludente capitalista. Suas perspectivas exaltam camponesas e camponeses como sujeitos ativos na luta. Por admitir a conflitualidade, seu escopo de análise não se limita à lógica do capital (Fernandes, 2005). A perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital.

As ações empreendidas pelos movimentos estão assentadas nessa concepção, com objetivos de luta que visam amenizar problemas estruturais agudizados na pandemia em 2020, sobretudo na cidade, como é o caso da fome. Com isso, reivindicam a soberania alimentar como perspectiva de transformação social, pautada na Reforma

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

Agrária Popular (Vinha *et al.*, 2021). A Reforma Agrária Popular, construída a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), propõe “uma mudança estrutural na relação com o acesso à terra, com os bens da natureza, modos de produção e organização comunitária camponesa” (MST, 2021a). Envolve o enfrentamento ao capital nas suas diversas manifestações para garantia do acesso não somente à terra, ainda que esse seja o primeiro direito a ser conquistado, mas também a todas as dimensões da vida camponesa (MST, 2021b).

São ações que divergem das práticas empreendidas perversamente pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro, as quais se ampararam na lógica do agronegócio e no extermínio dos povos indígenas. Uma das principais estratégias foi destruir as possibilidades de (re) criação social desses sujeitos, esvaziando os recursos destinados às políticas públicas e, conseqüentemente, dificultando seu acesso. Destacamos, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 pelo Governo Federal, considerado uma das principais políticas públicas de fortalecimento da agricultura camponesa e de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, mas que sofreu, mais intensamente desde o golpe de 2016, drásticos cortes em seu orçamento, afetando milhares de famílias no campo e na cidade (Barbosa Jr. y Coca, 2022; Barbosa Jr. & Coca, 2022). Outro exemplo é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, durante a pandemia, não teve a mesma efetividade em criar oportunidades de mercado para a agricultura camponesa (Barbosa Jr. y Coca, 2022; Barbosa Jr. & Coca, 2022).

Metodologia e desenho da pesquisa

A metodologia empregada neste artigo foi formulada conjuntamente pelos pesquisadores e pesquisadoras da Rede DATALUTA a fim de que fossem colhidos dados referentes às ações de movimentos socioespaciais e socioterritoriais no Brasil em um contexto histórico de isolamento social gerado pela pandemia de COVID-19. Para isso, foram criados *e-mails* com alertas sobre notícias que pudessem conter alguma informação relevante sobre a ação dos movimentos no Brasil por meio da plataforma *Google Alerts*. Uma série de palavras-chave foi cadastrada para auxiliar na escolha das notícias potencialmente úteis à pesquisa, as quais foram previamente definidas pelo coletivo e anexadas aos alertas. Algumas das palavras escolhidas foram: manifestação, movimento social, ocupação de terras, nomes de movimentos sociais e suas siglas, nomes de empresas e ONGs, entre outras.

Destaca-se que essas palavras-chave foram definidas de acordo com as particularidades dos espaços de interesse (urbano, agrário, água ou floresta) e das características de organização e atuação de seus movimentos. A categoria delimitada enquanto “água” abrange as ações realizadas por movimentos atingidos por empreendimentos que afetam a qualidade ou o acesso à água em suas diversas dimensões, como a perda da possibilidade de uso de determinado recurso hídrico por conta de políticas públicas ou privadas, ou a perda de direitos de uso desses recursos, seja no meio urbano ou rural. A categoria “floresta” abrange predominantemente movimentos indígenas e povos tradicionais a partir dos conflitos desencadeados pelo avanço das relações capitalistas de produção nos espaços de floresta no Brasil.

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

A partir do cadastro das palavras-chave, os(as) pesquisadores(as) foram organizados por áreas, referentes aos espaços analisados, e em grupos voltados para a sistematização. Além dos grupos que atuaram na leitura dos *e-mails* e na seleção de notícias relevantes, havia ainda os grupos responsáveis pela categorização das ações e dos movimentos socioespaciais/territoriais (criação de categorias para a análise dos dados). Durante todo este processo, ocorreram diversas reuniões coletivas, algumas com a finalidade de executar o debate teórico-metodológico entre os grupos de todos os espaços e outras reuniões específicas entre os grupos de cada espaço analisado. Este processo metodológico de levantamento de notícias ocorreu durante os anos de 2020 e 2021, abarcando diversos encontros e debates no interior da Rede DATALUTA.

Para a análise e categorização das notícias, foi criada uma planilha *online* hospedada na plataforma *Google*, na qual foram inseridas as informações relativas às ações sistematizadas a partir da leitura e discussão da notícia. Os dados sistematizados na tabela abarcaram: a) localidade da ação; b) data de ocorrência da ação e da notícia; c) unidade federativa onde ocorreu; d) macrorregião geográfica; e) nome do(s) movimento(s), caso houvesse; f) tipologia dos movimentos envolvidos na ação (movimento indígena, camponês, negro, feminista, entre outros); g) instituições públicas e privadas envolvidas na ação; h) tipologia destas instituições (empresas, estado, entre outros); i) tipologia da ação (manifestação, carreatas, entre outros); j) objetivos da ação; k) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que se assemelham com as pautas da ação; l) número de famílias ou participantes; m) fonte da notícia; e n) autoria (meio de comunicação e/ou autor da notícia). Nos casos em que as notícias não apresentavam alguma dessas informações, foi utilizada a sigla N.I (Não Identificado) no preenchimento da planilha.

Também são utilizados neste artigo gráficos e quadros produzidos a partir da organização dos dados produzidos pela pesquisa da Rede DATALUTA. Portanto, foram selecionadas algumas das categorias abordadas na pesquisa, como macrorregião geográfica, tipologia dos movimentos e das ações, instituições envolvidas e suas tipologias, objetivos das ações, nome dos movimentos e instituições atuantes. A partir destas informações, foi adotado o *software Microsoft Excel* para a composição dos quadros e gráficos.

Além da metodologia destacada acima, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre movimentos socioespaciais e socioterritoriais, da categoria espaço e do conceito de território, bem como da relação campo/cidade, debate paradigmático e reforma agrária. Para tal, as plataformas de consulta recorridas foram o *Google Scholar* e o *Zotero*.

Portanto, os dados utilizados neste trabalho indicam as tendências gerais das ações realizadas por movimentos socioespaciais e socioterritoriais nos espaços urbano e agrário brasileiros no ano de 2020. Movimentos urbanos e agrários se relacionaram nos mais diversos espaços brasileiros, formando ou aprofundando a cooperação por meio de ações conjuntas e da construção de pautas políticas com bases comuns entre eles. Os dados também explicitam a relação dialética entre urbano-rural, seja por meio das ações realizadas, seja através das pautas construídas em conjunto por movimentos tão diversos em relação a suas pautas, objetivos e formas de ação. Neste sentido, se torna impossível analisar os dados de qualquer espaço (urbano, agrário, entre outros) e das disputas ocorridas neles e por sua apropriação/mediação a partir de uma visão dicotômica.

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

Os dados referentes às ações de movimentos socioespaciais/socioterritoriais agrários no espaço urbano deixam claro a correlação entre movimentos urbanos e agrários por meio de suas ações e pautas em comum. O mesmo ocorre com as ações dos movimentos agrários no próprio espaço agrário, as quais muitas das vezes foram auxiliadas por movimentos urbanos ou feitas em conjunto com estes. Ademais, fica claro que o contexto histórico e político brasileiro, marcado pelo governo de políticos vinculados à extrema-direita e sua gestão genocida da pandemia de COVID-19, impactaram diretamente nas quantidades e tipologias das ações realizadas pelos movimentos socioespaciais/territoriais brasileiros em 2020.

Espaço e tempo na ação dos movimentos socioterritoriais agrários brasileiros

Para analisar as ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários e a relação campo/cidade no Brasil em 2020, é importante destacar o contexto da pandemia de COVID-19 e o isolamento social do primeiro ano da pandemia, quando não havia vacina. Esse cenário, por um lado, limitou as manifestações sociais que provavelmente ocorreriam contra um governo de extrema direita; por outro lado, a postura negacionista do governo federal provocou manifestações sociais em direções opostas (Santos y Coca, 2022). Os críticos ao governo exigiam maior isolamento social, apoio ao desenvolvimento da vacina e políticas voltadas para a garantia de renda e emprego. Já os negacionistas defendiam que não houvesse alterações no convívio cotidiano e se manifestavam contra a vacina e, principalmente, contra o fechamento de escolas e do comércio.

Igualmente, outro fator que contribuiu para esse cenário foi a criminalização sofrida pelos movimentos sociais, sobretudo pelos povos das águas, dos campos e das florestas, os quais, oprimidos pela natureza de suas reivindicações e pautas, se voltaram “para dentro”, desenvolvendo outras práticas. Assim, ocupações e manifestações, consideradas um dos principais instrumentos de luta pela terra no país (Fernandes, 1999), sofreram forte declínio, abrindo outras estratégias, com destaque para as ações que integram campo e cidade, mas que também revelam a continuidade da luta pela reforma agrária no país.

Destacamos que o presente artigo, na busca por repensar as relações campo/cidade, focaliza suas análises nas ações realizadas nos espaços urbanos brasileiros por movimentos socioterritoriais agrários, mesmo que tenham ocorrido em conjunto com movimentos urbanos. Portanto, os dados não representam a totalidade das ações coletivas realizadas nos espaços urbanos brasileiros em 2020, mas sim aquelas desenvolvidas por movimentos socioterritoriais agrários.

Para a compreensão da metodologia empregada pela pesquisa da Rede Dataluta e dos dados produzidos por ela, é central explicitar as categorizações utilizadas. As ações matrizes foram definidas enquanto categorias que abarcam conjuntos amplos de ações, nos quais estão inseridas tipologias mais específicas dessas formas amplas de ação dos movimentos analisados, as quais foram definidas como derivadas. Enquanto a ação matriz pode ser compreendida como o tipo mais amplo de ação (categoria), as ações derivadas são as formas concretas como estas ações foram espacializadas de acordo com os objetivos dos movimentos e com os locais de ocorrência. Neste sentido, a ação

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

matriz pode ser vista como a estratégia do movimento e a ação derivada enquanto a tática utilizada para sua concretização.

As ações matrizes realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços urbanos (Quadro 1) demonstram isso de forma mais clara. As manifestações foram as ações matrizes mais recorrentes; porém, para classificar tais manifestações de forma concisa, foi necessário criar uma tipologia específica, ou seja, criar ações derivadas. Para se definir como a estratégia dos movimentos se concretiza, foi necessário classificar as táticas utilizadas para isso. A forma dada às manifestações (sua tática) decorreu dos contextos histórico e político, bem como da localidade na qual estas ocorreram, de acordo com a leitura dos movimentos sobre os objetivos a serem alcançados com essas manifestações.

A ocorrência de manifestações se deu pela negligência do governo federal em relação à pandemia, o que levou diversos movimentos a atuarem no sentido de cobrar nas ruas, com estratégias diferentes, atitudes do governo para frear a expansão dos casos de COVID-19 em todo o país. Neste sentido, as “Ações de apoio ao enfrentamento das crises sanitárias” (Quadro 2) decorreram justamente desse contexto, no qual os movimentos foram responsáveis por pressionar o governo para o fornecimento de auxílios financeiros para famílias de baixa renda, expansão de leitos hospitalares, entre outras medidas para contenção e combate dos casos de COVID-19.

Quadro 1. Ações matrizes realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços urbanos brasileiros em 2020. Organizado por: Leonardo Santos. Fonte: Rede DATALUTA (2023).

Ações Matrizes	Número de ocorrências
Manifestações	6
Ações de solidariedade	3
Ações propositivas	2
Ações sofridas	1

As ações de solidariedade (Quadro 1) são um claro exemplo de como o contexto histórico e político influenciou diretamente a estratégia dos movimentos. Tais ações, que abarcam o conjunto de ações derivadas definido como “Ações de apoio ao enfrentamento às crises sanitárias” (Quadro 2), somente tiveram importância dado o trato totalmente negligente do governo de Jair Messias Bolsonaro para com a pandemia de COVID-19. Uma das grandes consequências da política negacionista da extrema-direita brasileira em relação à pandemia foi justamente o aumento vertiginoso da fome no país. Em resposta a este quadro, os movimentos passaram a realizar ações de doação de alimentos como forma de combater a fome, mesmo que momentaneamente, e pressionar o governo por ações concretas em relação à temática (Jorge *et al.*, 2022; Vinha *et al.*, 2021).

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS *ET AL.*

Quadro 2. Tipos e número de ocorrências das ações derivadas realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços urbanos brasileiros em 2020. Organizado por: Leonardo Santos. Fonte: Rede DATALUTA (2023).

Ação derivada	Ocorrências
Ações de apoio ao enfrentamento às crises sanitárias	3
Nota de repúdio ou denúncia	3
Ações de promoção à agricultura no espaço urbano	2
Passeata	2
Intervenção urbana	2
Ações realizadas exclusivamente no espaço virtual	1
Ações de despejo e reintegração de posse	1

Repensar a relação cidade/campo ultrapassa investigar quais espaços do campo ou da cidade são ocupados pelos movimentos. Tais ações (solidariedade, agricultura no espaço urbano, passeatas e intervenções urbanas) afloram as lutas contra-hegemônicas que se opõem avidamente à agricultura capitalista e se articulam ao projeto de Reforma Agrária Popular, integrando, dialeticamente, campo e cidade. Em especial, no caso das ações de solidariedade, constituem-se como práticas lideradas por sujeitos coletivos que produzem alimentos no campo e anseiam alimentar a classe trabalhadora residente na cidade. Configuram-se como mecanismo de luta, no combate às desigualdades, acirradas com a pandemia na cidade, como é o caso da fome.

A Reforma Agrária Popular é um projeto nacional defendido pelo MST e por outras entidades do campo. A partir da década de 1980, período de redemocratização do país, as ações dos movimentos socioterritoriais foram retomadas. O MST, criado oficialmente em 1984, espacializou e territorializou a luta camponesa em todo o país (Fernandes, 1999), fundando suas reivindicações na política de Reforma Agrária, baseada na desapropriação de terras. No entanto, no final dos anos 2000, emerge uma outra concepção, denominada Reforma Agrária Popular, que se diferencia desse modelo clássico de reforma agrária, num período marcado pelo avanço da política neoliberal no campo. O projeto se apresenta no segundo Programa Agrário do MST, formulado em 2007, momento em que se passou a defender um projeto que, além da democratização da estrutura fundiária, preconizou um modelo agrícola alternativo para contrapor a lógica capitalista no campo, baseado na produção agroecológica de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e da transgenia, respeitoso à natureza e acessível aos trabalhadores do campo e da cidade.

Assim, diante do avanço da criminalização dos movimentos e da pandemia de COVID-19, a solidariedade com as periferias urbanas e rurais constituiu-se como uma estratégia de luta. A solidariedade assume-se como forma de luta dos movimentos socioterritoriais, fruto de mudanças nas articulações e no enfrentamento do descaso do governo federal brasileiro e, principalmente, no período pandêmico (Vinha *et al.*, 2021). Tal cenário fortaleceu e reinventou a construção do projeto de Reforma Agrária Popular do país, num diálogo constante com a cidade e as áreas urbanas.

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

Como a estratégia dos movimentos envolvia, em maior ou menor grau, a pressão contra as instituições estaduais e federais mais representativas, tais ações ocorreram predominantemente nos espaços urbanos e nas regiões com maior quantidade de instituições responsáveis pela tomada de decisão e criação de políticas públicas. Portanto, essas ações se concentraram predominantemente nas capitais da região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) e Sul (Porto Alegre) do Brasil. Além disso, o Distrito Federal também apresentou grande concentração de ações coletivas, justamente pela centralidade de instituições capazes de atuar na tomada de decisões, no fomento de políticas públicas e pela sua localização geográfica, sede do Governo Federal.

Quanto à duração de tais ações realizadas nos espaços urbanos, ou sua temporalidade, é necessário destacar que, na maioria, a duração foi de um dia (Quadro 3). Isso não significa que as ações coletivas foram espontâneas ou que sua duração se limitou, necessariamente, a essa escala de tempo, mas sim que sua ocorrência no espaço urbano durou um dia. As ações de apoio ao enfrentamento das crises sanitárias, por exemplo, abarcaram a doação de alimentos, produtos de higiene e assepsia, o que implica na prévia arrecadação de dinheiro, compra dos produtos e, por fim, em sua distribuição. Ou seja, as notícias utilizadas para a sistematização das ações não deram conta de demonstrar a real duração das ações, mas a duração de sua espacialização.

Quadro 3. Temporalidade das ações realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços agrários brasileiros em 2020. Organizado por: Leonardo Santos. Fonte: Rede DATALUTA (2023).

Tempo de duração da ação (dias)	Número de ações
1	10
2	1

Em relação aos movimentos agrários mais atuantes nas ações realizadas no período analisado destaca-se o MST, que se sobressai como o movimento mais atuante no período (com 178 registros no total), desenvolvendo 169 ações no espaço agrário (Quadro 4), e ainda protagonizando a maioria das ações nas cidades, com 9 registros (Quadro 5). Em estudos recentes, Vinha *et al.* (2021) e Jorge *et al.* (2022) também expressaram a centralidade desse movimento nas ações durante a pandemia.

Quadro 4. Nome dos movimentos mais relevantes que participaram das ações realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços agrários brasileiros em 2020. Organizado por: Leonardo Santos. Fonte: Rede DATALUTA (2023).

Nome dos movimentos	Número de ações participadas
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	169
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	22
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	11
Liga dos Camponeses Pobres (LCP)	9
Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL)	8
Levante Popular da Juventude	8
Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)	8
Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD)	6

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

Nome dos movimentos	Número de ações participadas
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	6
Via Campesina	5
Marcha Mundial de Mulheres (MMM)	5
Fórum de Redes e Cidadania	4
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	4
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	4
Associação das famílias dos produtores rurais da Gleba Buriti	3
Consulta Popular	3
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)	3
Frente Brasil Popular	3
Movimento Popular por Moradia (MPM)	2
8M Greve Internacional de Mulheres	2
Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)	2
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)	2
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)	2
Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG)	2
União Nacional dos Estudantes (UNE)	2
Brigada Congresso do Povo	2
Coletivo Quilombo	2
Movimento Camponês Popular	2
Quilombo Vidal Martins	2

Em geral, o MST promoveu ações de solidariedade com o objetivo do combate à fome, como as doações de alimentos e produtos de higiene/assepsia, além das manifestações de cunho antifascista e em defesa da democracia, provocadas principalmente pelas atitudes do governo de extrema-direita. Nos espaços urbanos, os sindicatos e as centrais sindicais também apoiaram e participaram dessas ações, principalmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Quadro 5. Nome dos movimentos que participaram das ações realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços urbanos brasileiros em 2020. Organizado por: Leonardo Santos. Fonte: Rede DATALUTA (2023).

Nome dos movimentos	Qtd
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	9
Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	2
União Nacional dos Estudantes (UNE)	2
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Juiz de Fora-MG (SINTTRO)	1
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)	1
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)	1

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

Nome dos movimentos	Qtd
Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio	1
Quilombo Dandara	1
União de Núcleos de Educação Popular para Negras(os) e Classe Trabalhadora (UNEAFRO)	1
Coletivo Afro RGS	1
Kilombagem	1
Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)	1
ABC Anti-Fascista	1
Rosa Negra Ação Direta e Futebol	1
Quilombo Invisível	1

Os dados referentes às ações matrizes e derivadas desenvolvidas por movimentos socioterritoriais agrários no espaço rural parecem indicar que a análise realizada no presente trabalho, acerca da relação dialética entre urbano e rural, é necessária para a compreensão das dinâmicas dos movimentos. Mesmo com as diferenças entre as demandas e formas de ação dos movimentos agrários e urbanos, o contexto político e histórico aproxima as estratégias empregadas por eles. Como pode ser observado no Quadro 6, as ações matrizes mais recorrentes nos rurais são extremamente similares àquelas ocorridas nos espaços urbanos (Quadro 1).

Quadro 6. Tipos e número de ocorrências das ações matrizes mais relevantes realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços agrários brasileiros em 2020. Organizado por: Leonardo Santos. Fonte: Rede DATALUTA (2023).

Ações Matrizes	Número de ocorrências
Ação de solidariedade	58
Manifestações	40
Violências sofridas	32
Comunicação	27
Eventos	20
Comercialização	11

Apesar da similaridade entre as ações matrizes nos diferentes espaços aqui analisados, ou seja, das estratégias empregadas para a reprodução dos movimentos socioterritoriais em contextos rurais e urbanos, suas táticas apresentam diferenças. As ações derivadas (ou as táticas) desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais agrários nos espaços rurais brasileiros (Quadro 7) apresentam similaridades com aquelas realizadas nos espaços urbanos, como a doação de alimentos; porém, ameaças de despejo, assassinatos sofridos e ocupações de terra são exemplos das diferentes táticas empregadas pelos movimentos de acordo com o espaço mediado ou disputado por eles.

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

Quadro 7. Tipos e número de ocorrências das ações derivadas mais relevantes realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços agrários brasileiros em 2020. Organizado por: Leonardo Santos. Fonte: Rede DATALUTA (2023).

Ações Derivadas	Número de ocorrências
Doação de alimentos	51
Manifestação presencial	18
Carta aberta	15
Encontro	14
Denúncia	12
Ameaça de despejo	11
Bloqueio de vias	9
Reunião de movimentos socioterritoriais com instituições	7
Circuitos curtos de comercialização presencial	6
Doação de produtos de assepsia	6
Ocupação de prédio público	6
Nota de repúdio	5
Assassinato sofrido	5
Campanha	5
Circuitos curtos de comercialização virtual	5
Conquista educação camponesa	5
Ocupação de terra	5

Assim como no caso das ações realizadas em espaços urbanos por movimentos agrários, as realizadas nos espaços rurais apresentam uma temporalidade predominantemente de um dia de duração. Contudo, em relação às ações desenvolvidas no espaço rural, a metodologia utilizada pela Rede Dataluta foi capaz de captar de maneira mais efetiva ações com duração superior a um dia, como demonstra o Quadro 8.

Quadro 8. Temporalidade das ações realizadas por movimentos socioterritoriais agrários nos espaços agrários brasileiros em 2020. Organizado por: Leonardo Santos. Fonte: Rede DATALUTA (2023).

Tempo de duração da ação (dias)	Número de ocorrências
1	227
2	12
3	5
5	5
6	1
7	2
8	1
9	1
11	2
14	1
15	2
30	1
N.l.	1

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS *ET AL.*

A captação de ações com mais de um dia de duração no espaço agrário pela metodologia da pesquisa decorre, entre outros fatores, do noticiamento de campanhas realizadas pelos movimentos socioterritoriais agrários. Tais campanhas tiveram caráter de conscientização sobre a necessidade de medidas restritivas e de higiene contra a COVID-19, como o distanciamento social e a assepsia, bem como visaram organizar a doação dos alimentos produzidos nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária que viriam a ser distribuídos nos centros urbanos. Ademais, as campanhas também incluíram debates virtuais sobre os mais diversos temas, como análises de conjuntura, debates políticos, encontros e reuniões entre movimentos, instituições e sociedade civil.

Houve uma maior ocorrência de ações fora do eixo Sul-Sudeste nos espaços agrários, diferentemente do que foi constatado em relação às ações realizadas nos espaços urbanos. Isso decorre da maior espacialização dos movimentos socioterritoriais agrários pelo interior do país e por suas mais diversas regiões, abarcando também as ações sofridas pelos movimentos, como reintegrações de posse, assassinatos, disputas territoriais, entre outros. Ainda assim, é possível observar uma grande concentração das ações nas regiões Sul e Sudeste do país, bem como no Distrito Federal.

No espaço agrário, o MST foi responsável pela maioria das ações; contudo, outros 92 movimentos socioterritoriais também participaram em 2020. Vinha *et al.* (2021), em estudo recente, afirmam que o MST é o principal movimento que organizou, em 2020, as ações de solidariedade.

Na pandemia, foi lançado pelo MST o Plano Emergencial de Reforma Agrária Popular, que pautou à sociedade brasileira a defesa dos bens naturais para o enfrentamento da COVID-19 e da fome. As ações de solidariedade integram a política de Reforma Agrária Popular. Tais ações afloram a necessidade da produção e distribuição de alimentos saudáveis às periferias urbanas e possuem a potencialidade de reinventar as lutas em plena pandemia, reforçar o papel dos movimentos do campo como provedores de alimentos saudáveis para as cidades e destacar a relevância e o protagonismo dos movimentos na construção de alternativas que contestem e superem as desigualdades engendradas pelo capitalismo.

As ações de solidariedade empreendidas pelos movimentos socioterritoriais evidenciam a intrínseca relação entre cidade/campo. Toneladas de alimentos, cestas e insumos foram doados e direcionados às periferias das cidades, realçando a necessária aliança da classe trabalhadora no combate à fome e em defesa da vida. Desde o início da pandemia, o MST construiu uma agenda nacional de ações contra a fome, doando mais de 7 mil toneladas de alimentos, 10 mil cestas básicas e 2 milhões de marmitas solidárias (MST, 2022). Também foi possível consolidar dezenas de Cozinhas Solidárias, Bancos Populares de Alimentos e Hortas Comunitárias em todo o país (MST, 2022).

Importante destacar que outras regiões do país apresentaram uma dinâmica similar. As ações promovidas pelos movimentos socioterritoriais na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em Minas Gerais, ratificam essa questão. No dia 12 de julho de 2020, em Uberlândia, houve a entrega de 50 cestas de alimentos da reforma agrária na periferia da cidade. A ação expõe o protagonismo das mulheres e retoma a discussão exposta por Jorge *et al.* (2022). De acordo com informações de membros do movimento, a montagem das cestas básicas foi possível graças à comercialização a preço justo

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

e político, com o intuito de escoar produtos que estavam para vencer. Impulsionada pela *Campanha Nacional Fora Bolsonaro* do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, as cestas foram destinadas a populações em estado de vulnerabilidade socioeconômica no assentamento urbano Glória, em parceria com o MTST (Lopes, 2023).

Posteriormente, no dia 13 de julho de 2020, uma oficina agroecológica foi realizada em Uberlândia, na Instituição Santa Gemma, que atende a população em situação de rua na cidade. É por essa ótica que a agroecologia vem tomando força e se tornando pauta essencial para as discussões dos movimentos socioterritoriais. Por fim, a última ação solidária ocorreu no dia 6 de outubro de 2020. Cerca de 1 tonelada de arroz orgânico, produzido pelo MST, foi vendido a preço de custo para a produção de marmitas em Uberlândia. As marmitas são realizadas pelo Projeto Cozinhas Solidárias, que diariamente distribuía cerca de 2.500 marmitas no município para famílias abandonadas pelo poder público nas periferias da cidade. A ação está diretamente associada ao contexto político, econômico e social, onde a população acompanhou o aumento no preço do arroz, que atingiu índices alarmantes, acentuando a insegurança alimentar em todo o país (Lopes, 2023).

Como dito, essas duas iniciativas apresentadas não são aleatórias, mas ilustram e compõem o rol de ferramentas de promoção da Reforma Agrária Popular (agroecologia e, principalmente, da soberania alimentar no país), e escancaram a importância dos movimentos socioterritoriais do campo para a saúde alimentar dos povos das cidades. Apontam para uma lógica camponesa, ancorada na perspectiva do PQA, cujas ações dos movimentos socioterritoriais se configuram como estratégias de luta, enfrentamento e resistência tanto contra o avanço do capitalismo no campo quanto contra o governo de extrema-direita que se instaurou no país.

Não obstante, as ações dos movimentos permitem, a partir da Reforma Agrária Popular, repensar as relações campo/cidade, tendo esse eixo como linha condutora que concebe, dialeticamente, esse par contraditório. Trata-se de compreender a política pública de reforma agrária como elo transversal, com ações que não apenas se materializam nas cidades, mas trazem à sua população a importância da luta pela soberania alimentar e pela agroecologia, produzindo alimentos saudáveis, livres de veneno, fertilizantes químicos e da transgenia, advinda da agricultura camponesa e em busca da justiça social. Deste modo, intenta-se desconstruir a dicotomia estabelecida historicamente entre campo/cidade e rural/urbano, estabelecendo novas possibilidades analíticas de estudo e esferas de luta que unem a classe trabalhadora.

Considerações finais

Diante dos dados apresentados, a relação campo/cidade merece ser repensada a partir dos Estudos Agrários Críticos. Tal dinâmica atrela-se à Reforma Agrária Popular, projeto que emerge no segundo Programa Agrário do MST, formulado em 2007, momento em que se passou a disputar um modelo agrícola alternativo para contrapor a lógica capitalista no campo, acessível aos trabalhadores do campo e da cidade. Diante da pandemia, a solidariedade com as periferias urbanas e rurais compareceu como mais uma estratégia de luta, fruto de mudanças nas articulações frente ao enfrentamento da necropolítica brasileira dirigida pelo governo federal.

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS *ET AL.*

De modo geral, as manifestações expressam que, mesmo diante do contexto pandêmico, a luta não cessou, mas se reinventou. Sob a perspectiva da Reforma Agrária Popular, reforça-se a ideia da união entre o campo e a cidade, ampliando o olhar para além do direito à terra. São ações engendradas por coletivos organizados que apontam para uma perspectiva crítica, de luta, resistência e enfrentamento.

Referências bibliográficas

- » Akram-Lodhi, A. H.; Akram-Lodhi, A.; Dietz, K.; Engels, B.; McKay, B. M. & Elgar, E. (2021). *Handbook of critical agrarian studies*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- » Akram-Lodhi, A. H., & Kay, C. (2010). Surveying the agrarian question (part 1): Unearthing foundations, exploring diversity. *The Journal of Peasant Studies*, 37(1), 177-202.
- » Alentejano, P. R. (2003). As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Terra Livre*, 2(21), 25-39.
- » Ash, J., Kitchin, R., & Leszczynski, A. (2018). Digital turn, digital geographies? *Progress in Human Geography*, 42(1), 25-43.
- » Barbosa JR, R., & Coca, E. (2022). Enacting just food futures through the state: Evidence from Brazil. *Canadian Food Studies/La Revue canadienne des études sur l'alimentation*, 9(2), 75-100.
- » Barbosa JR, R., Coca, E., & Soyer, G. (2022). School food at home: Brazil's national school food programme (PNAE) during the COVID-19 pandemic. *Social & Cultural Geography*, 1-21.
- » Borrás JR, S. M. (2023). Contemporary agrarian, rural and rural-urban movements and alliances. *Journal of Agrarian Change*.
- » Brenner, N. (2018). Debating planetary urbanization: For an engaged pluralism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 36(3), 570-590.
- » Campos, J. (2012). Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- » Edelman, M., & Wolford, W. (2017). Introduction: Critical agrarian studies in theory and practice: Symposium: Agrarianism in theory and practice. *Antipode*, 49(4), 959-976.
- » Favareto, A. (2005). "Seria a geografia mais urbana do que se calcula?" *GEOUSP - Espaço e Tempo*, 18, 189-194.
- » Fernandes, B. (1999). Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST (1979-1999) (Tese de doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- » Fernandes, B. (2005). Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In A. M. Buainain (Org.), *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil* (pp. 45-63). Campinas: Unicamp.
- » Fernandes, B. (2008). Entrando nos territórios do Território. Em E. Paulino & J. Fabrini (Orgs.), *Campesinato e territórios em disputa* (pp. 273-302). São Paulo: Expressão Popular.
- » Gerber, J. F. (2020). Degrowth and critical agrarian studies. *The Journal of Peasant Studies*, 47(2), 235-264.
- » Ghosh, S., & Meer, A. (2021). Extended urbanisation and the agrarian question: Convergences, divergences and openings. *Urban Studies*, 58(6), 1097-1119.

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

- » Gillen, J., Bunnell, T., & Rigg, J. (2022). Geographies of ruralization. *Dialogues in Human Geography*. <https://doi.org/10.1177/20438206221075818>.
- » Gururani, S. (2020). Cities in a world of villages: Agrarian urbanism and the making of India's urbanizing frontiers. *Urban Geography*, 41(7), 971-989.
- » Harvey, D. (2005). *Spaces of neoliberalization: Towards a theory of uneven geographical development*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- » Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE.
- » Jansen, K., Vicol, M., & Nikol, L. (2022). Autonomy and Repeasantization: Conceptual, analytical, and methodological problems. *Journal of Agrarian Change*, 22(3), 489-505.
- » Jorge, A. A., Buscioli, L. D., Bitencourt, S. O. M., & Vinha, J. F. de S. C. (2022). Movimentos socioterritoriais, mulheres e doação de alimentos no Brasil: As campanhas de solidariedade como resistência durante a pandemia da COVID-19. *Revista Campo-Território*, 17(47), 179-206.
- » Lefebvre, H. (2003). *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- » Li, T. M. (2021). Foreword. En A. H. Akram-Lodhi, K. Dietz, B. Engels, & B. MacKay (Eds.), *Handbook of critical agrarian studies* (pp. 21-22). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- » Lopes, J. P. de A. (2023). As estratégias dos movimentos socioterritoriais camponeses no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG): Reinventando as lutas e resistências na COVID-19 (Dissertação de mestrado em Geografia). Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).
- » MST (2021a). Amanhecer pela vida e solidariedade marcam Jornada das Mulheres Sem Terra no Rio. MST, 11 mar.
- » MST (2021b). O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST? MST, 16 jul.
- » MST (2022). MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia. <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/>
- » Razavi, S. (2003). Introduction: Agrarian change, gender and land rights. *Journal of Agrarian Change*, 3(1-2), 2-32.
- » Santos, L. L. M., & Coca, E. (2022). Territórios camponeses e o fechamento das escolas do campo: Uma análise sobre a escola popular Eduardo Galeano, em Campo do Meio-MG. *Geografia (Londrina)*, 31(1), 297-317.
- » Sorokin, P. A., Zimmerman, C. C., & Galpin, C. J. (1930). *A systematic source book in rural sociology* (Vol. 1). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- » UN - HABITAT (2022). *World Cities Report 2022: Envisaging the Future of Cities*. Nairóbi: UN - Habitat.
- » Van der Ploeg, J. D. (2012). *The new peasantries: Struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. London: Routledge.
- » Vergara-Camus, L., & Jansen, K. (2022). Autonomy in agrarian studies, politics, and movements: An inter-paradigm debate. *Journal of Agrarian Change*, 22(3), 455-472.

As ações coletivas de movimentos socioterritoriais agrários...
LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS ET AL.

- » Vergés, A. B. (2011). *Os novos camponeses: Leituras a partir do México profundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- » Vinha, J. F. de S. C., Rossi, R. de C., Silva, R. S., & Lopes, J. P. de A. (2021). Reinventando as lutas na pandemia de COVID-19: Movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. Em D. B. Vasconcelos et al. (Orgs.), *Geografia e COVID-19: Reflexões e análises sobre a pandemia* (pp. 275-305). São Paulo: FFLCH.

Leonardo Lencioni Mattos Santos / leonardo.lencioni@sou.unifal-mg.edu.br

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Alfenas, Minas Gerais, Brasil.

Estevan Leopoldo de Freitas Coca / estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), Alfenas, Minas Gerais, Brasil, e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, Brasil.

Rangel Nascimento / rangel.nascimento@ufvjm.edu.br

Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Graduado em Economia pela UNESP. Professor Adjunto da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Teófilo Otoni, Minas Gerais, Brasil.

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha / janaina.vinha@uftm.edu.br

Professora Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, Brasil.

João Paulo de Almeida Lopes / jpaulo.geouftm@gmail.com

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Oscar Hernan Rodriguez Triviño / oscar.rodriguez-trivino@unesp.br

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil. Dirigente do Movimiento Unidad Popular.